

ESPLANADA GERAL

Cultura em mobilização crescente

Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco já estão em greve

Os servidores do Ministério da Cultura e de suas vinculadas estão se organizando para lutar pelo Plano de Carreira e pela reabertura da Mesa de Negociação. Setores da Cultura no Rio de Janeiro e Bahia começaram a greve em 11 de novembro. Em Pernambuco, a greve começou dia 22.

Brasília – Na semana passada, os servidores da Cultura realizaram várias assembleias para discutir a mobilização.

No Ministério, durante duas horas diárias (das

10h às 12h), os servidores param de exercer suas atividades funcionais e discutem as duas propostas de Plano de Carreira. Desde o dia 17 eles estão analisando, pontualmente, as diferenças entre o projeto do governo e o da Condsef.

A Biblioteca Nacional começa sua paralisação no dia 22, das 7h30 às 10h. Na Funarte, a paralisação começou na sexta-feira, dia 19.

“Não tivemos outra alternativa, porque desde julho a proposta de Plano

dos servidores foi encaminhada ao governo e até agora nada”, contou Júlia Guedes. Ela faz parte da bancada sindical da Mesa Setorial da Cultura, que foi instalada em fevereiro.

Unidade – Nos dias 22 e 23 de novembro, representantes do movimento nos estados devem estar em Brasília, na sede da Condsef, para constituir o Comando Nacional de Greve. O desafio agora é articular todos os setores da Cultura para lutarem juntos pelo seu Plano de Carreira.

Governo e DNPM discutem acordo

O governo apresentou, no último dia 19, uma nova proposta de Termo de Compromisso ao Comando de Greve do DNPM.

Segundo informou o Comando, a única alteração em relação ao Termo anterior é a implantação do Plano Especial de Cargos tendo como mês de referência julho de 2004, e não janeiro de 2005. Esta era justamente a reivindicação dos servidores para encerrar o movimento grevista.

Assembleias estão sendo realizadas em todas as unidades para que os servidores possam fazer a discussão.

Plano de Cargos – O Plano, similar ao oferecido ao Dnit, prevê a criação da GDAPM – gratificação de desempenho que será composta por uma parcela da avaliação individual (até 20%), calculada sobre o VB, e outra institucional (até 15%), calculada sobre o maior VB do cargo. Aposentados e pensionistas vão receber o valor correspondente a 30% do valor máximo pago aos ativos. Os cargos não incluídos no termo de compromisso permanecem com a Gdata.



17 de novembro: Servidores do DNPM esclarecem dúvidas em uma reunião com o advogado do SINDSEP-DF, Ulisses Borges. O advogado explicou que somente a falta individual intencional por mais de 30 dias configura-se em abandono de emprego. “A greve é justamente o contrário. Todos querem continuar trabalhando, porém com melhores condições de salário”, concluiu Borges.



MAIS UM PASSO NA FUNAI
16 de novembro – A proposta do Plano de Carreira Indigenista da FUNAI, consensuada entre a direção da Fundação e os servidores, foi protocolada no Ministério do Planejamento (MP) durante reunião no dia 16, com a presença de representantes do MP, da direção da Funai, da Condsef, do SINDSEP-DF e uma comissão de servidores. Nova reunião foi marcada para o dia 23 de novembro.

CALENDRÁRIO DE ASSEMBLÉIAS

22/11 – Ministério da Saúde
10h – auditório Emílio Ribas

22/11 – Geipot
10h – mini-auditório do Antaq

26/11 – Encontro Nacional da Funasa e Saúde
9h – na sede da Condsef

“0,01% é imoral”

Para o PCC, “reajuste” não chega nem a R\$ 1

0,01% é o reajuste linear que o governo vai dar para os servidores públicos retroativo a janeiro de 2004. O próprio governo admite que é apenas uma mera “formalidade” para cumprir a obrigatoriedade de conceder uma revisão geral anual aos servidores públicos (EC nº 19/98).

“Do ponto de vista político, é uma imoralidade. Uma desmoralização do Estado e da própria Constituição”, avaliou o diretor jurídico do SINDSEP-DF, Oton Pereira Neves. “Os ‘reajustes diferenciados’ de que fala o governo se resumiram às gratificações produtivistas”, criticou.

O SINDSEP-DF não abre

mão da luta pela recomposição salarial dos servidores, correção das distorções, Plano de Carreira e paridade. Queremos reajustes nos salários, e não gratificações produtivistas que variam de acordo com avaliações, individualizam o contrato de trabalho e penalizam os aposentados.

Defesa da CUT, contra a reforma sindical

Reforma sindical – esta será uma das mais importantes discussões para os 1395 delegados ao VIII Congresso da Condsef, que será realizado em Belo Horizonte, de 8 a 12 de dezembro.

Três teses distintas serão apreciadas no Congresso. Várias emendas foram

feitas a essas teses. Segundo Pedro Armengol, diretor da Condsef, o conjunto de emendas e textos para o debate será distribuído aos delegados a partir desta semana.

Com o título “Somos CUT, somos contra essa reforma sindical”, uma das emendas da grande maioria

da atual diretoria do SINDSEP afirma:

“A ‘Reforma Sindical’ do governo (...) reforça o controle do Estado sobre os sindicatos, impõe descontos sindicais obrigatórios nos salários dos trabalhadores, permite que direitos sejam retirados (o negociado prevalece sobre o legislado) e

questiona a soberania das assembleias de base.

A participação de parte da Direção da CUT no FNT, onde está sendo ‘concebida’ essa ‘Reforma’, tem sido o argumento de alguns para implantar uma campanha de ‘desfiliação’ dos sindicatos da CUT (...). Tanto a ‘defesa da Reforma’ quanto a

‘desfiliação da CUT’ ajudam o governo a cumprir seu objetivo de aprovar a Reforma.

Os setores que conceberam o ‘Conlutas’ [que defendem a desfiliação da CUT] confundem e dividem a classe trabalhadora, chamam a destruir uma organização construída pelos trabalhadores”.

DRT Ceilândia

“Não dá pra trabalhar”

Esse foi o desabafo de um servidor lotado na DRT Ceilândia. Poucos servidores e mais alguns terceirizados se desdobram para atender a demanda.

Eles dispõem de computadores precários, sem internet e nem mesmo impressora para emitir carteiros de trabalho.

Além da falta de servidores para homologação e rescisão de contrato. “Se o caso for reclamação trabalhista, a pessoa tem que ir até a DRT Taguatinga”, contou o servidor. “A po-



pluação acha que o servidor é o culpado. É muito difícil trabalhar num lugar desse. Como é que nós vamos servir o povo sem condições?”.

A DRT Ceilândia funciona na sala alugada de um hotel. “As pessoas se confundem com a placa de diárias do hotel, acha que somos nós que estamos cobrando”, lamentou um servidor lotado na DRT.

BACEN NA LUTA PELO PLANO DE SAÚDE

Os servidores do Banco Central exigem a revogação de normativas que restringem o uso do Programa de Assistência à Saúde (PASBC). Uma delas, o PDL, desconta do servidor 20% do valor de exames laboratoriais. O desconto é feito direto no pagamento, de uma só vez. Outra restrição atinge mais de mil servidores do banco, que estão impedidos de usar o PASBC na forma de adiantamento porque, segundo entendimento do banco, esses servidores não têm capacidade de pagamento.

“A morosidade do Banco em revogar as disposições que restringem o uso

do PASBC é injustificável. Se o Banco vai cobrir os déficits do programa, conforme prevê a MP 210, não podemos aceitar que os servidores sejam prejudicados pela não-revogação dos chamados PDL e da ‘capacidade de pagamento’ constantes do regulamento do programa.

Antes da greve vitoriosa, o Banco alegava a falta de amparo legal para resolver a questão financeira do programa. Esse argumento já não procede. O caminho é a mobilização dos servidores para exigir o cumprimento da lei e fazer valer os seus direitos”.

Nota enviada pela Delegacia Sindical do BACEN

FILIADOS JÁ ESTÃO RECEBENDO O FGTS

Até o fechamento desta edição (19/11), a Caixa Econômica Federal estava pagando aos filiados cujos nomes começam pela letra “G”. A Caixa começou a liberar o FGTS em 1º de novembro e utiliza como critério a listagem alfabética dos beneficiados.

Os servidores estão recebendo o pagamento referente aos valores que foram reajustados a menor pela Caixa durante os Planos Econômicos Verão (janeiro de 1989) e Collor (abril de 1990), corrigidos por juros e atualização monetária. Além disso, recebem mais 19,5% de juros, que foram determinados pela Justiça. Os honorários contratuais dos advogados já virão descontados (10% do total).

1º de dezembro: Paralisação no MAPA

Representantes de 19 estados participaram da Plenária Nacional dos Servidores do Ministério da Agricultura, na sede da Condsef em Brasília, no último dia 16.

Eles reivindicam uma gratificação como antecipação do Plano de Carreira, a GDAG, aos os servidores do Mapa, Ceplac e Inmet.

Segundo informou Ismael César, diretor do SINDSEP-DF, a gratificação terá um valor fixo para cada nível (NA, NI e

NS). Ele contou que a Medida Provisória (MP) já está no Ministério do Planejamento. A Condsef solicitou uma audiência com representantes do Planejamento para acompanhar o trâmite da MP.

Entre as principais decisões da Plenária, está a reivindicação para que a gratificação seja estendida em sua totalidade aos aposentados.

A paralisação nacional dos servidores do Mapa ficou marcada para o dia 1º de dezembro.

